A Importância do Direito ao Sigilo para Vítimas de Violência Sexual

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Joyce Ferreira De Souza

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O alto número de casos de estupro no Brasil torna essencial abordar o tema sob uma perspectiva ética e social, destacando a relação do Poder Judiciário e Executivo na saúde pública e os direitos fundamentais das vítimas. A proteção da privacidade e intimidade das vítimas é crucial para encorajar denúncias e prevenir futuros abusos. Estudos mostram que muitas vítimas evitam buscar ajuda médica, o que pode levar a sequelas físicas e mentais graves, além de aumentar o risco de comportamento suicida. Os profissionais envolvidos no atendimento médico e investigação policial devem garantir a privacidade e sigilo das informações para preservar a dignidade das vítimas.

Objetivo

Este trabalho discute a relevância da privacidade e intimidade das vítimas de estupro, considerando seus direitos de personalidade e a obrigação de sigilo dos profissionais. Também reflete sobre o papel do judiciário na proteção da integridade psicológica das vítimas.

Material e Métodos

A pesquisa realizada teve como base a análise do conteúdo de diversas publicações sobre o tema da violência contra a mulher, incluindo estudos acadêmicos e artigos jornalísticos. Dentre os artigos analisados, destacam-se os estudos de Santos et al. e Martins e Magalhães, que abordam o trajeto percorrido pelas vítimas de violência nas relações de intimidade e o comportamento suicida decorrente desse tipo de violência. Além disso, a pesquisa também se baseou em informações divulgadas pela Agência Câmara de Notícias e por Almir Godinho, que discutem a lei de proteção às vítimas de estupro e a publicidade dos atos do inquérito policial nos casos de estupro. É importante lembrar, no entanto, que a pesquisa foi realizada com base nos princípios éticos do Código de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, que preconiza o sigilo profissional como um dever do profissional de saúde em relação às informações obtidas durante o exercício da profissão.

Resultados e Discussão

O resumo estendido aborda a importância de garantir o sigilo das vítimas de estupro para preservar seus direitos da personalidade e os direitos humanos. No Brasil, já existem medidas para proteger a privacidade das vítimas, como a proibição da divulgação de dados que possam identificá-las e a interdição da publicação de imagens e gravações que revelem seus momentos íntimos. No entanto, ainda há desafios a serem superados para garantir

que essas medidas sejam cumpridas. É fundamental abordar as vítimas com respeito e empatia, evitando julgamentos precipitados e sensacionalismo em torno dos casos de violência sexual. A pesquisa destaca a importância de proteger o sigilo das vítimas visando honra, privacidade, imagem e saúde mental, assim como a responsabilidade dos órgãos públicos de conscientizar e treinar os profissionais envolvidos na assistência às vítimas.

Conclusão

O resumo destaca a importância do sigilo para vítimas de crimes sexuais, protegendo sua privacidade e garantindo seus direitos. A Lei Geral de Proteção de Dados assegura o sigilo médico e prevê sanções para violações. É essencial respeitar a privacidade das vítimas para garantir seu bem-estar durante a reconstrução de suas vidas

Referências

SANTOS, Nikole Gabrielle Oliveira Simões et al. Violência contra a Mulher e Comportamento Suicida. Faculdade de Medicina de Barbacena, 2021. (https://rmmg.org/artigo/detalhes/3805) MARTINS, Helena; MAGALHÃES, Teresa. Trajecto percorrido pelas vítimas de violência nas relações de intimidade no Serviço Nacional de Saúde. Instituto de Ciências Biomédicas "Abel Salazar" da Universidade do Porto, 2010.(https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/52749/2/ArtigoHelenFINAL1.pdf)